


VIDA NOVA

His to ria

DO NOVO TESTAMENTO

F. F. Bruce

O livro sobre a história da igreja do Novo Testamento pelo qual tanto aguardamos.
Christian Graduate

Bruce dedica quase um terço de sua obra a esmiuçar o pano de fundo romano e judaico do Novo Testamento. Em seguida, traça um perfil de João Batista e, claro, de Jesus, culminando com o julgamento e a morte deste. A história das duas primeiras gerações da igreja é contada no último terço desse que é o melhor tratado disponível sobre a história da igreja primitiva.

Christianity Today

Sumário

<i>Prefácio</i>	9
<i>Principais reduções gráficas</i>	11
1. De Ciro a Augusto	15
2. A sucessão de Herodes	31
3. A Judeia sob o domínio dos governadores romanos.....	43
4. As escolas filosóficas	51
5. Os sumos sacerdotes.....	65
6. <i>Hāsīdīm</i> , fariseus e saduceus	77
7. Os essênios	89
8. Os zelotes	99
9. A comunidade de Qumran	107
10. A esperança messiânica	125
11. O judaísmo no início da era cristã	137
12. João Batista.....	153
13. Jesus e o reino de Deus	163
14. Jesus e os reinos do mundo.....	177
15. O julgamento e a execução de Jesus.....	191
16. A igreja primitiva de Jerusalém	201
17. Estêvão, Filipe e os helenistas.....	211
18. Paulo: os primeiros anos	225
19. Crise durante o domínio de Gaio	237
20. Herodes Agripa, rei dos judeus	247
21. O cristianismo gentílico dos primeiros tempos	253
22. O decreto de Jerusalém.....	265
23. Cláudio e o cristianismo	275
24. Macedônia e Acaia.....	287
25. O fim da missão no Egeu	299
26. Judeia: os últimos procuradores.....	317
27. Paulo: a última etapa	329
28. O fim da igreja e do Templo de Jerusalém.....	345
29. O cristianismo em Roma.....	367
30. O cristianismo no fim do período do Novo Testamento	387
<i>Bibliografia</i>	401
<i>Índice remissivo</i>	409

Prefácio

Ao dedicar este livro aos meus colegas do corpo docente de Teologia da Universidade de Manchester, incluo membros do passado e também os do presente, lembrando-me de três deles com gratidão especial.

Primeiro, o professor H. H. Rowley, editor da Nelson's Library of Theology, que me honrou com seu convite para prestar essa contribuição à série e aguardou com paciência a entrega bastante atrasada.

Em segundo lugar, meu antecessor, o falecido professor T. W. Manson. Minha dívida de gratidão com ele ficará clara nos capítulos sobre Jesus e Paulo. A tentação de citá-lo longamente é sempre grande, pois ele tinha o dom de escrever com uma linguagem memorável e apresentar interpretações claras que endosso de todo coração, mas que nunca poderia descrever tão bem quanto ele fazia. Lembro-me, por exemplo, de que ele insistia em que Jesus, no mínimo, era tão interessante para as pessoas no primeiro século quanto para os historiadores de hoje, e que os Evangelhos são mais bem estudados como documentos históricos a seu respeito do que como estudos de casos psicológicos acerca dos primeiros cristãos.

Em terceiro lugar, meu colega atual, o professor S. G. E. Brandon. Não acho que tudo o que escrevi neste livro receberá seu aval, mas devo-lhe mais do que ele pode imaginar. Trabalhar tão de perto, nos últimos nove anos, com o autor de *Jesus and the Zealots* [Jesus e os zelotes] e *The fall of Jerusalem and the Christian church* [A queda de Jerusalém e a igreja cristã] é um privilégio imenso para um aluno e professor de literatura do Novo Testamento e das origens cristãs.

Este livro foi escrito para uma biblioteca de teologia, mas não é uma obra teológica. É fato que a história do Novo Testamento está cheia de implicações teológicas que exigem um tratamento sério no local apropriado, mas não lido com isso aqui. Escrevi do ponto de vista de um historiador, não de um teólogo; porém, tenho a convicção de que as implicações teológicas podem ser mais bem apreciadas quando se tem um bom fundamento histórico.

Quero ainda agradecer de um modo especial à Srta. Margaret Hogg, que datilografou toda a obra a partir de um manuscrito muito imperfeito e ajudou imensamente no trabalho de indexação.

Principais reduções gráficas

<i>Ad. Magn.</i>	<i>Aos magnésios (Inácio)</i>
<i>Ad. Philad.</i>	<i>Aos filadelfenos (Inácio)</i>
<i>Ad Rom.</i>	<i>Aos romanos (Inácio)</i>
<i>Ad. Smyrn.</i>	<i>Aos esmirneus (Inácio)</i>
<i>Adu. Pelag.</i>	<i>Contra os pelagianos (Jerônimo)</i>
<i>AJT</i>	<i>American Journal of Theology</i>
<i>Ann.</i>	<i>Anais (Tácito)</i>
<i>Ant.</i>	<i>Antiguidades (Josefo)</i>
<i>Apol.</i>	<i>Apologia (Justino, Tertuliano)</i>
<i>Att.</i>	<i>A Ático (Cícero)</i>
<i>b.</i>	<i>Talmude Babilônico</i>
<i>BASOR</i>	<i>Bulletin of the American Schools of Oriental Research</i>
<i>BGU</i>	<i>Berliner Griechische Urkunden</i>
<i>BJRL</i>	<i>Bulletin of the John Rylands Library</i>
<i>BZNTW</i>	<i>Beiheft zur Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft</i>
<i>C. Cels.</i>	<i>Contra Celso (Orígenes)</i>
<i>CAH</i>	<i>Cambridge ancient history</i>
<i>CBQ</i>	<i>Catholic Biblical Quarterly</i>
<i>CD</i>	<i>Aliança de Damasco (obra zadoquita)</i>
<i>CIG</i>	<i>Corpus Inscriptionum Graecarum</i>
<i>CIL</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i>
<i>Cl. Phil.</i>	<i>Classical Philology</i>
<i>Clem. Hom.</i>	<i>Homílias de (Pseudo-) Clemente</i>
<i>Clem.Recogn.</i>	<i>Reconhecimentos de (Pseudo-) Clemente</i>
<i>Confusão</i>	<i>Da confusão das línguas (Filo)</i>
<i>CPI</i>	<i>Corpus papyrorum iudaicarum (V. A. Tcherikover; A. Fuks, orgs.)</i>
<i>CSEL</i>	<i>Corpus Scriptorum ecclesiasticorum latinorum</i>
<i>DACL</i>	<i>Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie</i>

<i>DJD</i>	<i>Discoveries in the Judean desert</i> (Clarendon Press)
<i>Embaixada</i>	<i>Da embaixada a Gaio</i> (Filo)
<i>Ep(p)</i>	Epístola(s)
<i>ExT</i>	<i>Expository Times</i>
<i>Flaco</i>	<i>Contra Flaco</i> (Filo)
<i>Fuga</i>	<i>Da fuga e do achar</i> (Filo)
<i>Geog.</i>	<i>Geografia</i> (Estrabo)
<i>G. J.</i>	<i>Guerra dos judeus</i> (Josefo)
<i>Haer.</i>	<i>Contra heresias</i> (Ireneu)
<i>HE.</i>	<i>História eclesiástica</i> (Eusébio)
<i>Hist.</i>	<i>História, histórias</i> (Salústio, Tácito, Dio Cássio)
<i>HJP</i>	<i>History of Jewish people in the time of Jesus Christ</i> (E. Schürer, org.)
<i>HNT</i>	<i>Handbuch zum Neuen Testament</i> (H. Lietzmann, org.)
<i>HTR</i>	<i>Harvard Theological Review</i>
<i>HUCA</i>	<i>Hebrew Union College Annual</i>
<i>IEJ</i>	<i>Israel Exploration Journal</i>
<i>Interp. Aleg.</i>	<i>Interpretação alegórica</i> (Filo)
<i>JBL</i>	<i>Journal of Biblical Literature</i>
<i>JEH</i>	<i>Journal of Ecclesiastical History</i>
<i>JJS</i>	<i>Journal of Jewish Studies</i>
<i>JQR</i>	<i>Jewish Quarterly Review</i>
<i>JRS</i>	<i>Journal of Roman Studies</i>
<i>JTS</i>	<i>Journal of Theological Studies</i>
<i>Leg. Agr.</i>	<i>Da lei agrária</i> (Cícero)
<i>MB</i>	Museu Britânico
<i>Migração</i>	<i>Da migração de Abraão</i> (Filo)
<i>Moisés</i>	<i>Da vida de Moisés</i> (Filo)
<i>Nat.</i>	<i>História natural</i> (Plínio)
<i>Nomes</i>	<i>Da mudança de nomes</i> (Filo)
<i>NovT</i>	<i>Novum Testamentum</i> (Leiden)
<i>NTS</i>	<i>New Testament studies</i>
<i>OGIS</i>	<i>Orientis Graeci Inscriptiones Selectae</i> (W. Dittenberger, org.)
<i>Or. Sib.</i>	<i>Oráculos Sibilinos</i>
<i>Pan.</i>	<i>Panarion</i> (Epifânio)
<i>Pap. Herc.</i>	<i>Papyri publicados em Volumina Herculanensia</i>
<i>PE</i>	<i>Perguntas e respostas sobre Êxodo</i> (Filo)
<i>PEQ</i>	<i>Palestine Exploration Quarterly</i>
<i>PG</i>	<i>Perguntas e respostas sobre Gênesis</i> (Filo)
<i>Praep. Evang.</i>	<i>Preparatio Evangelia</i> (Eusébio)

<i>Provid.</i>	<i>Sobre a providência</i> (Filo)
Q	Qumran (1Q = Qumran Caverna 1; 1QH = <i>Hinos de ação de graças</i> da Caverna 1; 1QM = <i>Rolo da guerra</i> da Caverna 1; 1QS = <i>Regra da comunidade</i> da Caverna 1; 1QSa = <i>Regra da congregação</i> da Caverna 1; 1QSB = <i>Bênçãos</i> da Caverna 1; QpNah. = o <i>peshet</i> [comentário] de Naum de Qumran Caverna 4)
RB	<i>Revue Biblique</i>
Ref.	<i>Refutação de todas as heresias, também chamado Philosophumena</i> (Hipólito)
RGG ³	<i>Religion in Geschichte und Gegenwart</i> , 3. edição (Tübingen, 1957ss.)
RHPR	<i>Revue d'Histoire et de Philosophie Religieuses</i>
RThR	<i>Reformed Theological Review</i> (Austrália)
Sat.	<i>Sátiras</i> (Juvenal)
SEG	<i>Supplementum Epigraphicum Graecum</i>
Sl. Sal.	<i>Salmos de Salomão</i>
SNTS	<i>Studiorum Novi Testamenti Societas</i>
Sonhos	<i>Dos sonhos</i> (Filo)
Strack-Billerbeck	<i>Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch</i> , H. L. Strack; P. Billerbeck (München, 1922ss.)
Strom.	<i>Stromata</i> (Clemente de Alexandria)
TI	Tradução inglesa
TU	<i>Texte und Untersuchungen</i>
TWNT	<i>Theologies Wörterbuch zum Neuen Testament</i> , G. Kittel; G. Friedrich, orgs. (Stuttgart, 1933ss.)
Vit.	<i>A vida contemplativa</i> (Filo)
Contempl.	
VT	<i>Vetus Testamentum</i> (Leiden)
γ.	<i>Talmude de Jerusalém</i>
ZDPV	<i>Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins</i>
ZNTW	<i>Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft</i>
ZRG	<i>Zeitschrift für Religions- und Geistesgeschichte</i>

1

De Ciro a Augusto

1

Os últimos livros narrativos da Bíblia hebraica tratam do período em que a Judeia e o resto do Ocidente asiático faziam parte do Império Persa. O último monarca mencionado pelo nome é “Dario, o Persa” (Ne 12.22) — referência a Dario II (423-405 a.C.) ou, mais provavelmente, a Dario III (336-331 a.C.), o último rei da Pérsia.

Quando abrimos o Novo Testamento, encontramos outra potência mundial dominando o Oriente Médio e toda a região do Mediterrâneo. Os escritos do Novo Testamento, do primeiro ao último, são ambientados no contexto do Império Romano. A história que eles contam, desde os últimos anos da era pré-cristã até o fim do primeiro século d.C., pressupõe do início ao fim a presença do domínio de Roma. O Terceiro Evangelista liga o nascimento de Jesus a um decreto expedido pelo primeiro imperador romano, César Augusto, “para que o mundo inteiro fosse recenseado” (Lc 2.1). Jesus passou a infância e chegou à idade adulta numa terra em que o pagamento de tributos exigidos por Roma era um problema político e teológico; quem o sentenciou à morte foi um magistrado romano, e foi nos moldes de execução romana que a sentença foi cumprida. Depois de Jesus, a figura mais proeminente do Novo Testamento é Paulo, cidadão romano por nascimento, que levou a mensagem cristã desde seu berço, na Palestina, até Roma, atravessando as províncias do leste do Império Romano; na última imagem que temos de Paulo, ele está preso numa casa onde passou dois anos, gozando de liberdade para proclamar o caminho da salvação cristã a todos que o visitavam.¹ Mas o Novo Testamento não para nesse ponto; ele conduz a narrativa adiante pelas décadas seguintes, nas quais a lei romana levantou-se contra o cristianismo, de modo que uma pessoa podia “sofrer como cristão”,² sem que fosse necessário produzir provas de algum crime cometido por ela. Nas imagens impressionantes descritas por João em Apocalipse, o Império Romano é apresentado como um animal de sete cabeças que guerreia contra o povo de Deus e contra todos os que se recusam a prestar-lhe honras divinas, mas condenado a cair derrotado diante da

¹At 28.30s.; veja p. 339.

²1Pe 4.16; veja p. 395s.

“perseverança” e da “fé dos santos” que vencem “pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do seu testemunho” (Ap 13.10; 12.11).

2

Entre o último rei da Pérsia e a extensão do domínio romano sobre o Oriente Médio, aquela região do mundo foi dominada pelo Império Greco-Macedônio de Alexandre, o Grande, e seus sucessores. Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, cujo pai, Filipe, havia unificado o mundo grego por meio da diplomacia e de ações militares e conduziu um exército invasor formado por macedônios e gregos até a Ásia, em 334 a.C. Em três anos, ele conquistou todo o Império Persa (incluindo o Egito); nos anos seguintes, ele avançou mais ainda para o leste e anexou a seu império os territórios que conhecemos hoje como Afeganistão e Paquistão ocidental. Seu império, como unidade política, não resistiu à sua morte em 323 a.C., mas o império cultural fundado por ele durou quase mil anos, até o surgimento do Islã e as conquistas árabes do século sétimo d.C.

Logo depois da morte de Alexandre, alguns de seus generais dividiram o império entre si e fundaram dinastias, algumas das quais duraram até o primeiro século a.C. Entre essas dinastias, as mais importantes para nossos interesses aqui foram: a Dinastia dos Ptolomeus, fundada por Ptolomeu I em 323 a.C., no Egito, com sua capital na Alexandria, e a Dinastia dos Selêucidas, na Síria, fundada por Seleuco I em 312 a.C., com capital em Antioquia. Até 198 a.C., a Judeia fez parte dos territórios dos ptolomeus. Naquele ano, ela trocou de mãos em consequência de uma vitória selêucida obtida em Paneion, próximo às fontes do Jordão (a Cesareia de Filipe da narrativa do Evangelho),³ e pelos cinquenta anos seguintes ou mais fez parte dos domínios do Império Selêucida.

Sob essas dinastias helênicas, assim como ocorrera sob o domínio dos persas, a Judeia desfrutava de um grau razoável de autonomia interna. O país era controlado por um governador imperial, e o povo tinha de pagar impostos ao cobrador do império; mas a Judeia em si — que consistia em uma área restrita a poucos quilômetros em torno de Jerusalém — era organizada como um estado-templo, cuja constituição havia sido definida na lei sacerdotal do Pentateuco.⁴ O sumo sacerdote, como chefe da administração do templo, era chefe da administração interna do minúsculo estado judaico. Havia muitos judeus fora da Judeia — na Babilônia e na

³Mc 8.27; veja p. 184. Paneion e o distrito de Pâneas, ao qual pertencia (cf. atual Banyas), eram assim chamadas pelos gregos em homenagem ao deus Pan, a quem (junto com as ninfas) dedicaram a gruta ali existente, na qual nasce o rio Banyas, um dos principais afluentes do Jordão. Provavelmente, o lugar sempre foi considerado sagrado pelos habitantes locais; pode ser que seja a Baal-Gade de Josué 11.17. Veja p. 36.

⁴Cf. Ed 7.12, em que o “sacerdote Esdras, escriba da Lei do Deus do céu” (talvez com o sentido de secretário de estado para assuntos judaicos da chancelaria imperial persa) recebe de Artaxerxes a missão de investigar “em Judá e em Jerusalém a respeito da Lei do teu Deus, que está nas tuas mãos”.

Ásia Menor, em Alexandria e em Antioquia — e suas ofertas ajudavam a custear o Templo de Jerusalém e sua administração; mas somente os judeus que moravam na Judeia estavam diretamente debaixo da jurisdição do sumo sacerdote. Este sempre vinha da descendência de Zadoque — o mesmo Zadoque que havia sido sumo sacerdote no Primeiro Templo construído pelo rei Salomão em c. 960 a.C.

Pouco tempo depois que a Judeia caiu sob domínio do Império Selêucida, este entrou em colapso no mundo egeu com a expansão do poder de Roma e foi completamente derrotado na Batalha de Magnésia, em 190 a.C. A Paz de Apameia, resultante do domínio romano (188 a.C.), não somente destituiu os selêucidas de suas ricas províncias no oeste da Ásia Menor, como lhes impôs uma pesada indenização que devia ser paga em doze parcelas anuais. No entanto, o período de pagamento teve de ser prorrogado, e muitos eventos dos anos seguintes estão ligados à necessidade de captar dinheiro para essa indenização. Quando Jasão, irmão do sumo sacerdote zadoquita Onias III, ofereceu ao rei selêucida Antíoco IV (175–163 a.C.) uma quantia para que ele o nomeasse sumo sacerdote em lugar de seu irmão, Antíoco não teve como desprezar a proposta de suborno, ainda mais com Jasão acelerando o processo de helenização na Judeia. Poucos anos mais tarde (171 a.C.), Menelau, um helenista ainda mais fervoroso, mas que não pertencia à linhagem de Zadoque, ofereceu ao rei uma quantia ainda mais alta, para ser nomeado sumo sacerdote no lugar de Jasão. A propina foi novamente aceita, e o futuro não testemunhou outro sumo sacerdote zadoquita ministrando em Jerusalém.

Antíoco IV, que assumiu o epíteto Epifânio (indicando ser ele a manifestação de Zeus do Olimpo sobre a terra), tentou compensar as perdas de seu pai na região do Egeu e anexou o Egito aos territórios selêucidas. Porém, quando estava perto do sucesso, foi definitivamente impedido pela intervenção romana (168 a.C.). As notícias desse impedimento ocasionaram na Judeia a tentativa de depor Menelau, sumo sacerdote do rei, nomeado no lugar de Jasão, que havia sido deposto. Antíoco viu nisso um ato de rebelião; no caminho de volta do Egito, ele tratou Jerusalém como cidade rebelde, derrubando os muros e pilhando o tesouro do templo. Mais que isso, como era importante assegurar a lealdade da Judeia, que ficava exposta na fronteira sudoeste de seu império, ele foi aconselhado a abolir a constituição do templo, exterminar as práticas distintivas da religião judaica e dar a Jerusalém uma nova constituição como cidade helênica na qual os assimilacionistas no meio da população eram arrolados como cidadãos. O templo, ainda sob controle de Menelau, foi dedicado ao culto do Zeus do Olimpo, identificado com a divindade síria Baal Shamem, “o senhor do céu”. Durante três anos — de dezembro de 167 a.C. a dezembro de 164 — esse “sacrilégio aterrador” ou “abominação assoladora”⁵

⁵Gr., βδέλυγμα ἐρημώσεως (*bdelygma erēmōseos*) (1Mc 1.54; cf. Dn 11.31 [8.13; 9.27; 12.11]; Mc 13.14). Veja p. 245.

(hebr., *šiqqūš mēšōmēm*, jogo de palavras pejorativo com o nome Baal Shamem) dominou a casa sagrada.

Os judeus que valorizavam a lealdade à religião de seus antepassados acima de qualquer outra coisa recusaram-se a se submeter aos decretos reais, e muitos foram martirizados. Outros pegaram em armas contra o rei e seguiram a liderança de Matatias, um sacerdote idoso da família dos asmoneus, e seus cinco filhos — Judas Macabeu e seus irmãos. Graças à inteligência de Judas como líder de guerrilha, que resultou na derrota de uma sequência de exércitos reais que portavam mais e melhores armamentos, Antíoco, que tinha planos de recuperar as províncias perdidas além do Eufrates e não tinha o menor desejo de manter tropas numerosas na frente de batalha da Judeia, considerou que o mais sábio a fazer era chegar a um acordo com os judeus rebeldes. A proibição da prática da religião judaica foi suspensa, e o culto ao Deus de Israel foi retomado no templo purificado de acordo com os antigos rituais (164 a.C.).⁶

Mas os asmoneus, tendo recuperado a liberdade religiosa para seu povo por meios militares, não pensavam de modo algum em se contentar com essa conquista. Continuaram a lutar por mais de vinte anos e foram muito ajudados pela rivalidade dinástica e pelas lutas civis dentro do arraial selêucida, até que, por fim, eles conseguiram autonomia nacional sob a liderança de Simão, o último sobrevivente entre os filhos de Matatias (142 a.C.).

As condições dessa longa luta, com as oportunidades que ofereceu aos líderes judeus de colocarem governantes selêucidas uns contra os outros, acabaram minando o idealismo que marcou sua origem. Isso se manifestou particularmente em 152 a.C., quando Jônatas, que havia sucedido seu irmão, Judas Macabeu, oito anos antes, como líder dos judeus rebeldes, aceitou o sumo sacerdócio como presente de Alexandre Balas, pretendente ao trono selêucida. Sua atitude deve ter causado um grande descontentamento entre os judeus piedosos, para quem a sucessão constitucional do sumo sacerdócio fazia parte da lei de Deus. Mas, com a independência nacional garantida sob as mãos de Simão, que assumiu a liderança quando Jônatas foi levado prisioneiro e depois executado, em 143 a.C., uma grata assembleia popular decidiu que Simão deveria ser não apenas o líder civil e militar, mas que também “se tornasse seu chefe e sumo sacerdote, perpetuamente, até a vinda de um profeta fiel” (1Mc 14.41). Em outras palavras, na falta de um candidato da linhagem zadoquita (uma vez que já fazia cerca de vinte anos que o herdeiro do sumo sacerdócio zadoquita havia ido para o Egito a fim de presidir um novo templo judaico em Leontópolis),⁷

⁶Desde esse momento a reconstrução do templo tem sido comemorada anualmente pelos judeus no dia 25 de quisleu, na festa de Hanucá (“dedicação”) — um antigo ritual de solstício de inverno recebeu, assim, um novo significado histórico, seguindo um padrão estabelecido muito antes para o calendário sagrado de Israel (cf. 1Mc 4.42-59; 2Mc 1.18; 10.1-8; Jo 10.22).

⁷O templo em Leontópolis foi fundado por Onias IV, filho de Onias III, que Antíoco IV havia deposto do cargo de sumo sacerdote em 174 a.C. Ele emigrou para o Egito em c. 161 a.C., quando Alcimo foi

História e teologia estão intrinsecamente entrelaçadas no evangelho da nossa salvação, que deve sua validade eterna e universal a certos eventos que se deram na Palestina, sob o governo do imperador Tibério.

Jesus nasceu enquanto sua família viajava para cumprir um decreto imperial. Cresceu em uma terra na qual era preciso pagar tributos a Roma. Foi sentenciado à morte por uma autoridade romana e executado pelos soldados de César. A vida de Jesus é a principal história do Novo Testamento, uma história escrita sob o domínio do Império Romano e mais bem compreendida à luz de seu contexto histórico e cultural.

Em *História do Novo Testamento*, F. F. Bruce começa esmiuçando as facetas política, social e intelectual de Israel para então traçar um perfil de João Batista e Jesus, culminando no julgamento e na execução deste. Mas o livro não termina aqui. Após a morte de Jesus, “nenhuma das autoridades, fossem elas romanas ou judaicas, poderia ter previsto o que aconteceria”, descreve o autor. “A ressurreição de Jesus e sua aparição aos discípulos transformou esses homens, antes desmoralizados e assustados, em um grupo de pessoas ousadas e com um firme propósito.” É sobre a história desses homens que Bruce se debruça na segunda metade de sua obra, contextualizando historicamente as ações dos primeiros seguidores de Cristo e a expansão do cristianismo por todo o Império.

F. F. Bruce escreve como historiador, não como teólogo, mas sua inestimável contribuição possibilita compreender o cristianismo como a revelação histórica de Jesus.